

# ■ A importância do Território para o desenho de Políticas Educacionais do Campo

*The importance of the Territory for the design of Educational Policies in the Countryside*

 Renata Callaça Gadioli dos Santos \*

Recebido em: 10 mar. 2022  
Aprovado em: 16 maio 2022

**Resumo:** Ao aceitarmos a definição de que a educação não existe fora do território e compreendermos que este é resultado da interação entre indivíduos, seus interesses, suas culturas e suas forças de poder, teremos a política como elemento essencial da tessitura. Este artigo tem como objetivo central apresentar e refletir os conceitos de espaço e território, categorias natas da ciência geográfica, como importantes para desenvolvimento de políticas e políticas públicas educacionais, em especial as relativas à educação do campo. Busca-se oportunizar a reflexão de educadores para a relação entre os conceitos, a educação do campo e o campo em si. É um artigo teórico realizado a partir de revisão bibliográfica da área da educação, da geografia e do campo de públicas. Está dividido em duas partes: território e espaço geográfico; política, gestão pública e políticas públicas. Ao longo de todo o artigo há uma interpretação dos conceitos com a Educação do Campo de forma a permitir e estimular sua compreensão. O artigo foi elaborado após aula ministrada no curso Marcos Teórico-Metodológicos da Educação do Campo: Construtos e Interlocuções da Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação/Secretaria de Educação do Distrito Federal, em 2021.

**Palavras-chave:** Educação, campo, território, política pública, gestão pública

**Abstract:** When we accept the definition that education does not exist outside the territory and understand that this is the result of the interaction between individuals, their interests, their cultures, and their forces of power, we will have politics as an essential element of the weave. The main objective of this article is to present and reflect on the concepts of space and territory, innate categories of geographic science, as important for the development of educational policies and public policies, especially those related to Field Education. It seeks to provide opportunities for educators to reflect on the relationship between concepts, field education and the field itself. It is a theoretical article based on a bibliographic review in education, geography, and the public sector. It is divided into two parts: territory and geographic space; politics, public management, and public policies. Throughout the article there is an interpretation of the concepts with Field Education to allow and stimulate their understanding. The article was prepared after a class given in the course Theoretical-Methodological Frameworks of Rural Education: Constructs and Interlocutions of the Undersecretariat for Continued Formation of Education Professionals Secretary of Education of the Federal District, in 2021.

**Keyword:** Education, field, territory, policy, public management.

---

\* Renata Callaça Gadioli dos Santos é geógrafa e doutora em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional/Universidade de Brasília, e doutora em Geografia do Desenvolvimento/Universidade de Paris 7 – Paris Diderot/França. Professora colaboradora no curso de Gestão de Políticas Públicas – GPP/UnB e NEAB/CEAM/UnB. Professora da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal/Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação-EAPE. Contato: renatagadioli@unb.br ou renatagadioli@gmail.com

## Introdução

Desde o seu surgimento, na segunda metade do século passado, o campo de Políticas Públicas veio se constituindo como uma área de estudos, de desenvolvimento de teorias e conceitos aplicados à melhoria da resolução de problemas públicos - responsabilidade não somente de Estados, mas de diversos atores governamentais e não-governamentais. Política Pública, em todos os países e universidades, se transformou em disciplina, onde um grupo cada vez maior de estudantes e pesquisadores buscam compreender melhor seus fenômenos, estratégias, processos, complexidades, elementos, atores e estruturas (KEINERT, 2014 e TINOCO, 2016).

Esse cenário nos apresenta, portanto, um campo complexo onde existem várias abordagens e perspectivas. Onde o consenso nem sempre se faz presente. Porém, alguns elementos já são pactuados entre vários pesquisadores de Políticas Públicas, tais como: sua construção a partir de atores com múltiplos interesses e formas de atuação; diversas formas de operacionalização e, por isso mesmo, a existência de interdisciplinaridade; a existência de instrumentos que muitas vezes são tomados pelo senso comum como se fossem a própria política pública; a presença forte do Estado, mas a inclusão de outros e variados atores com forças e poder desiguais; a diferença entre a política e a política pública, mas sua estreita correlação e, por fim, a necessidade do território de atuação para identificação e resolução de problemas públicos. (MOURAN, REIN e GOODIN, 2006; KEINERT, 2014; TINOCO, 2016)

É neste último ponto que este artigo está centrado. Tem como objetivo central apresentar e refletir os conceitos de espaço e território, categorias natas da ciência geográfica, como importantes para desenvolvimento de políticas e políticas públicas educacionais, em especial as relativas à educação do campo. Este artigo não busca responder questões, mas oportunizar a reflexão de educadores para a relação entre os conceitos geográficos, as políticas educacionais do campo e o campo em si.

O campo é um território suscetível a políticas de desenvolvimento do País, do Estado e dos Municípios, que por vezes são carregadas de reducionismos, preconceitos e discriminações.

Desde dotação de verbas para auxílio na agricultura, apoio ao agronegócio ou à agricultura familiar, tentativa de eliminação de áreas de preservação ambiental, redução de terras quilombolas ou indígenas, o campo fica refém dos interesses do Estado que nem sempre são os interesses dos cidadãos que nele vivem. Muitas vezes, o campo é visto como espaço de apoio à cidade, como se só existisse para sustentar a vida cidadina, mas

Fernandes (2006) afirma que é muito mais, é uma área territorial multidimensional.

O campo é historicamente impactado pelas políticas hegemônicas do agronegócio, que negam a existência da identidade campesina. Igualmente, vê negado o direito ao acesso à terra e ao modo de vida de sua população local (BATISTA, VICENTE e MEIRA, 2010).

A Educação do Campo surge a partir do pleito de movimentos sociais em busca por escolas em assentamentos rurais. Uma educação que possa reforçar sua identidade, seus anseios comuns, sua história, seus saberes, suas forças e poderes para seguir construindo o futuro.

Para o processo reflexivo destas categorias analíticas o artigo apresenta, primeiramente, os conceitos de espaço e território e em seguida conceitos próprios do campo de públicas<sup>1</sup>, tais como: gestão pública e políticas públicas. Por fim, apresenta o quanto a ausência de compreensão desses conceitos interfere tanto na produção de educação do campo, quanto na construção de políticas públicas para esta modalidade de ensino. De outra forma, sua compreensão por educadores e atores elaboradores de políticas educacionais podem permitir o empoderamento do sujeito campesino, qualificando a própria educação e o campo em sinergia.

Vale ressaltar que este artigo surge após um encontro realizado entre a autora e os cursista do curso Marcos Teóricos - Metodológicos da Educação do Campo: Construtos e Interlocuções da Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação/Secretaria de Educação do Distrito Federal, em 2021.

## Território e Educação – o que sabemos e o que ainda precisamos saber?

Território é uma categoria chave da geografia que se popularizou na elaboração de documentos e políticas dos mais diversos setores. Entretanto, é preciso entendê-la para melhor limitação dos campos de atuação dos gestores públicos. O professor Milton Santos reforçava o estudo da geografia da contemporaneidade brasileira a partir do território, do lugar. Sabemos que estas categorias (território, espaço, lugar) trazem em si toda uma complexidade de intenções, de atores, de histórias e de desejos.

Nos lugares ou nos territórios, categorias que não são sinônimas, mas se complementam, encontramos objetos naturais e técnicos que nos permitem indícios da forma como as pessoas se relacionam com seu cotidiano, com seu passado e promovem o futuro.

Desta forma, entender a concepção de território é importante não somente para a geografia, mas para o desenvolvimento das cidades e, conseqüentemente, de seu povo. Um desenvolvimento que se processa em diversas direções e setores, tal como no Campo de

Públicas. Um campo que cresce e se fortalece nos últimos 30 anos no mundo e nos últimos 20 anos no Brasil.

Para as professoras Boullosa e Peres (2019), o território pode ser entendido para o Campo de Públicas como uma categoria de análise e como instrumento de gestão. Esta conclusão é muito próxima da que Milton Santos declarava em seus mais de 30 livros publicados desde a década de 70. Gottman (2012, p. 523) afirma ainda que, a palavra/termo território está na Teoria Política desde o século XIV, mas obviamente, dotada de uma compreensão jurídico/econômica para fins de dominação.

O território é a resposta para entendermos o presente e o passado, vemos sua correlação de forças e seu sistema e pensarmos o futuro. Dizia Santos (1994) que o território é ainda um ator com dinâmica social própria. Dessa forma, território é multivivido e ocupado, é analisado em si mesmo e é força de transformação/estagnação. Para a gestão pública, o território responde muito pelo resultado das políticas públicas implementadas.

A geografia tem por objeto de estudo a relação entre seres humanos e espaço. Isto significa que as formas de organização da sociedade no espaço urbano ou rural são focos de estudo da ciência que analisa essa relação com categorias como espaço, lugar, território, paisagem, cidade, campo. Essas categorias são permeadas por formas de atuação e organização da sociedade como política, cultura, educação. Essenciais também para nosso setor de trabalho e atuação: a educação.

Entender o papel do território para a educação e a gestão educacional é imprescindível para compreendermos como essa categoria permite a existência objetos técnicos de maneira desigual em regiões e locais, o que resulta na promoção da desigualdade socioeconômica e cultural entre as pessoas. Um desses objetos técnicos é a própria escola, que no caso da educação do campo tem ainda suas especificidades sobrepostas à localidade e ao distanciamento dos centros urbanos e de poder político.

Mas, afinal, o que é esse ente ao mesmo tempo analisado e com força de ação? O território influencia a educação com seus atores, histórias, poderes e interesses. Atores que não possuem a mesma força de atuação. Interessante refletir como e quem são esses atores que influenciam a vida no campo e desenham políticas públicas para esse perímetro da cidade, para esse espaço geográfico.

Aqui, vale refletir sobre esses dois conceitos tão pouco delimitados pelo senso comum. Eles não são sinônimos. A geografia nos apresenta suas correlações, distinções e como usar estas categorias para pensar a educação, a saúde, a segurança, a cultura a habitação e muitos outros setores.

## Espaço e Território

Estamos tratando aqui de conceitos geográficos em seu nascedouro. Não analisaremos, portanto, o conceito de espaço na física. O que nos interessa aqui é esta relação material, dialética e de produção social dinâmica que constrói o cotidiano vivido por diversas culturas e populações. Uma realidade localizada e pautada por sistemas políticos e organização social.

Dessa forma, os dois conceitos – espaço e território – estão entrelaçados. Raffestin (1980), compreende o espaço como um palco onde o território será construído. Santos (1999) define espaço como um conjunto de sistemas de objetos naturais, técnicos e de ações. “Um conjunto indissociável, solidário e contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente” (SANTOS, 1999, p. 51). Vê-se, portanto, que para Santos o espaço não é palco, mas um sistema. Mas, é preciso compreender o que são estes objetos.

No espaço estão reunidas as materialidades e a vida que o anima e estas só existem porque uma interfere na outra. Materialidades e vida possuem poderes de influenciarem uma a outra. Foucault (1980) afirmava que o conceito de espaço estava intrinsicamente relacionado ao de poder e de saber, pois no espaço estavam definidas as formas de implantação, delimitação e demarcação dos objetos. O poder e saber que se reproduzem em instituições sociais.

Raffestin (1980), por sua vez, dizia que poder é uma categoria comum em qualquer definição de Território. Completa ainda o geógrafo que, o poder pode ser definido com letra maiúscula ou minúscula, mas ambos existem no território. Enquanto Poder com letra maiúscula, pode ser definido como “conjunto de instituições e de aparelhos que garantem a sujeição dos cidadãos a um Estado determinado” (RAFFESTIN, 1980, p. 51). É muitas vezes confundido com o próprio Estado, que controla os aparelhos. Porém, esse poder não se toma de assalto, se conquista intencionalmente, com objetividade e ciente de que a resistência se fará sempre presente.

Já o poder com letra minúscula é descrito como

[...] nome comum, se esconde atrás do Poder, nome próprio. Esconde-se tanto melhor quanto maior a presença em todos os lugares. Presente em cada relação, na curva de cada ação: insidioso, ele aproveita de todas as fissuras sociais para infiltrar-se até no coração do homem (RAFFESTIN, 1980, p. 52).

Sendo assim, os objetos localizados no espaço estão organizados segundo uma lógica e utilizados também segundo uma lógica (SANTOS, 1999). Uma lógica que incide nela as relações de poder. É o sistema de ações que sabiamente os insere, quando objetos técnicos, ou os mantém, quando objetos naturais. As ações

humanas, reconhecidamente técnicas, expressam o saber e o poder, anteriormente citados por Foucault e Raffestin.

Por objetos técnicos podemos citar: hidroelétricas, casas, bancos, estradas e até mesmo escolas. Vale ressaltar que os objetos técnicos não são uniformemente espalhados no espaço. Dessa forma, promovem a desigualdade sócio espacial e prejudicam sobremaneira as populações.

Uma escola é um objeto técnico necessário ao desenvolvimento de novas técnicas de enquadramento social. É pela escola que transmitimos os processos formais de educação e produzimos novas formas de relacionamento entre os povos. Consequentemente, um novo desenho de organização social se produz.

Sendo assim, e para complementar a noção de espaço com as ideias de Henri Lefebvre, em seu livro *A produção do Espaço*, com primeira publicação em 1974, podemos considerar o espaço como produto e produtor em relações contínuas (LEFEBVRE, 2000).

Um conjunto de sistemas de objetos e ações que se interagem e por isso mesmo o torna um produto e um produtor de realidades, tal como a escola é um objeto que, junto com outros objetos do espaço, pode fazer transformar outros objetos e ações humanas, alterando assim o próprio espaço. Dessa forma, o espaço para Lefebvre não é um palco, como é para Raffestin, não é um depositário ou depósito, não é vazio ou passivo, mas um elemento de interação e retroação.

Por sua vez, o território, pode ser considerado uma parcela do espaço geográfico que considera a produção histórica humanizada para seu entendimento passado e presente. Gottman (2012, p. 523) se refere ao território como “um conceito gerado por indivíduos organizando o espaço segundo seus próprios objetivos”.

O território analisa as relações de força e a dimensão dela em diferentes espaços geográficos, além de analisar e identificar a transformação humana. A definição de um território precisa compreender *como* ele é usado por níveis de investimentos, hierarquia de atores, instituições.

Espaço é sistema de objetos e ações em interação e retroalimentação, território é a compreensão dessa correlação de forças e de poder. Para Lefebvre (2000) a correlação de forças ou poder/Poder, pode ser apresentado no território a partir dos movimentos de apropriação (categoria simbólica, de relações históricas e carregado de marcas de vida - espaço vivido) e de dominação (categoria explícita que demonstra posse e propriedade, e por isso mesmo, um valor de troca).

É nesse momento que a concepção de território precisa incorporar a noção de política, pois ela é base ativa nas relações humanas. A política, em seu sentido mais amplo e subjetivo como liberdade e convivência (ARENDT, 2002), demonstra como as pessoas irão “organizar a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar” (HAESBAERT, 2007, p. 22).

O território, sendo fruto da ação e relação de poder, tem limite e definição precisa, é controlado, tem função (jurídico-política, cultural e econômica), tem disputa de classes e identidade social (SOUZA, 2001 e HAESBAERT, 2007). Por isso mesmo, o território precisa levar em consideração a política, a economia, a cultura, os povos, os simbolismos, as forças de poder, os atores e as instituições.

Agora, precisamos entender como esses dois conceitos fazem efeito em nosso campo de atuação: a educação, e em especial a educação do campo. Sendo a escola um objeto técnico e instrumento de perpetuação do conhecimento acumulado historicamente, com proposta de inovar a vida em novos saberes, bem como um dispositivo de reprodução social, cabem algumas perguntas. Como esse objeto/instrumento escola é disposto no espaço? Sabemos que a inserção de uma escola em um espaço molda e remolda ele próprio. O campo lutou e luta pela inserção cada vez maior e com mais qualidade de unidades escolares em seu espaço.

O campo, sendo delimitado fisicamente e com funções e simbolismos próprios pode ser considerado um território. Neste momento é preciso entender os simbolismos, identidades e funções que circulam esse território alimentado pelo objeto Escola. Compreender igualmente os atores que definem as funções do território do campo e as forças que pairam sobre ele.

As forças de cada ator refletem seus poderes na articulação do campo e da educação do campo. Ao mesmo tempo, os poderes de resistência atuam de forma sutil no espaço, estabelecendo-o como um território em disputa. Uma disputa que se pauta também na escola, em seu currículo. A educação, neste caso, pode estar a serviço de um grupo de atores na reprodução dos interesses dos dominantes ou na resistência dos dominados que, possuindo poder com letra minúscula, o processa silenciosamente, de baixo para cima, político-econômica e culturalmente.

Para nos aproximarmos de algumas reflexões é preciso entender que, enquanto território dotado de Poder, com letra maiúscula, e de uma força sutil e multidirecionada de poder, com letra minúscula, a política no território e nos territórios simultâneos, combinada com o setor educacional precisa ser pontuada e compreendida, usada como meio de conservar o sistema hegemônico de poder ou permitir avanços pelo olhar da resistência.

## **Política, Gestão e Política pública: a educação no foco**

Para quem não pesquisa e atua no campo de públicas, os conceitos de política, política pública e gestão pública são confusos. O resultado é findar por aplicá-los

a partir do senso comum como se sinônimos fossem. Inicialmente, vamos conceituar política, gestão pública e política pública para compreendermos a diferença entre os três. A complementação e qualificação da Gestão em Gestão de Políticas Públicas requer uma igual compreensão para pensarmos como o território se insere na prática de atuação de estudantes, professores e profissionais de gestão pública nos mais diversos setores e em especial o da Educação. O objetivo aqui é sempre aliarmos o nosso conhecimento com a nossa prática educativa, podermos avaliar e conseqüentemente, melhorarmos nosso perfil profissional como gestores escolares ou educacionais.

## Política

Há, nos tempos atuais, um temor pela palavra “política” e o que ela pode provocar. Esse temor ou aversão à política advém do pensamento conservador (CARVALHO, 2018). Para Mata (2020), a aversão à política não é um evento novo, mas secular originado pelo grupo hegemônico da sociedade que intenta manter regramentos à sociedade como um todo. Em Konrad (2009) compreendemos que esta mesma sociedade entende que qualquer organização ou movimento que busque uma outra estrutura política pode ser considerada como subvertendo a ordem e precisa ser abafada ou suprimida. Porém, não é apagando a palavra “política” de nosso vocabulário e documentos que o ato de resistência ou de busca por novos processos de organização social irão desaparecer.

Governos conservadores brasileiros impuseram, nos últimos anos, a exclusão do termo e junto dele a palavra ideologia também foi condenada. Ironia dos fatos pensar que ao eliminar seus usos fosse possível suprimir suas existências.

O processo de eliminação do interesse sobre a política e o comportamento de resistência se fez historicamente pela busca de “pessoas neutras e politicamente indiferentes, [...] indivíduos isolados” (BARBOSA, 2012, p. 92) e oportunizava uma adesão a um sonho ideológico e totalitarista de poder. Entretanto, para muitos cientistas políticos, a aversão e negação à política é um contrassenso. Segundo Mata (2020) existem cientistas políticos que afirmam ser o humano naturalmente um ser político e, portanto, negar a política é negar a essência natureza da vida. A negação à política tem permitido a organização de movimentos antipolíticos que prejudicam não somente gestores públicos como também às instituições.

Cortela e Ribeiro (2011), por sua vez, afirmam ter ocorrido um “sequestro semântico” na definição da palavra política. Talvez os governantes possam não ter dúvida quanto ao significado. Mas, para o público leigo,

o discurso instalado permitiu a retirada dos termos política de um dos principais instrumentos de gestão da educação sem muitos embates, por exemplo. Durante os anos de 2019 a 2021, o Projeto Político-Pedagógico - PPP ficou sendo intitulado, na Educação Pública do Distrito Federal, somente como Proposta Pedagógica – PP. Apesar do Regimento da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, de 30 de maio de 2019, intitular o documento com a palavra “política” o site da Secretaria de Educação denominou por algum tempo o instrumento como Proposta Pedagógica<sup>2</sup>.

Mas, afinal. O que é política? Esse termo complexo e subjetivo que tem origem na palavra grega “polis”, que significa cidade. Não uma cidade qualquer, mas uma cidade organizada por pessoas que se envolvam com a vida pública coletiva. Uma cidade organizada por “*politikos*” ou “*polites*”, termos gregos para cidadãos que organizam o bem comum da polis. Palavras determinantes da cidadania.

Engana-se quem pensa que a política, organizada por *politikos*, era exercida por pessoas escolhidas pela grande população. Ao contrário disso. Todos aqueles que se preocupavam com a vida pública e podiam expor suas ideias eram considerados aptos a exercer a política. Cortela e Ribeiro (2011) dizem que aqueles que recusavam a vida política (pública) e se dedicavam somente à vida privada eram considerados “*idiotes*”. Isso mesmo, os “*idiotes*” não contribuem com nada na organização da sociedade e dizem não querer ou não entender de política. A política, em seu sentido mais amplo e não institucional (política partidária) significa “convivência coletiva” (CORTELA e RIBEIRO, 2011; MAAR, 2017, ARENDT, 2002) e uma convivência para uma organização do grupo.

Por sua vez, afirma Arendt (2002) que a política se faz entre os seres, com sua pluralidade, diferenças e interesses em manter democraticamente o bem comum. Para que diferentes possam dialogar e entrar em consenso é preciso que haja o respeito à diversidade e a liberdade individual no coletivo. Para Arendt (2002) a liberdade é a razão da política que, por sua vez, baseia-se na pluralidade dos seres vivos.

Onde encontrar uma pluralidade de seres vivos que buscam se apropriar dos conhecimentos historicamente construídos e desenhar novos caminhos para a sociedade, coletivamente? Nas escolas, em processos educacionais. Paulo Freire dizia que educar é um ato político nesse sentido, da impossibilidade de fazer planos no coletivo escolar sem que a liberdade e a pluralidade pudessem ser respeitadas.

Sabemos, no entanto, que as forças individuais de convencer uns aos outros no estabelecimento do consenso é desigual e inevitável a existência do poder de influenciar.



Quando o jogo político é justo busca-se exercê-lo de maneira ética. Quando a política se faz dentro dos espaços públicos ela precisa ser ainda mais aprimorada por todos/as e principalmente por quem irá gerir institucionalmente os espaços públicos educacionais.

Por esta razão, não existe gestão pública exilada da política como muitos teóricos da administração pública tradicional esperavam e ansiavam (BEHN, 2014). Entretanto, com o desenvolver da definição de política (no inglês *politic*), dos processos da administração pública e do crescente apelo pela qualificação dos serviços públicos, a expressão gestão pública passou a ser proferida, desde a década de 1990, com mais força e propósito.

## Gestão Pública

Outro conceito muito confundido por aqueles que não estão no Campo de Públicas, mas também por muitos dos integrantes do campo é a diferenciação entre gestão e administração. Usados com sinônimos, em muitos casos, porém com processos históricos de construção epistemológica e de atuação prática bem diferentes. Nos últimos 20 anos a palavra gestão tem sido amplamente empregada sem que tenhamos distinguido bem seu significado e diferença entre a administração, da qual ela provém.

Podemos entender a razão, o Campo de Públicas é relativamente novo e, em grande parte, baseado nos conhecimentos formulados no hemisfério norte, em especial nos Estados Unidos da América ou nos países do continente Europeu. O que nos faz traduzir as palavras *management* - gestão e *administration* - administração.

Dias (2011) afirma que a palavra administração não é muito usada na língua inglesa, preferindo os acadêmicos e profissionais dos países que falam esta língua o uso da palavra gestão. No Brasil, no entanto, o aumento do uso da palavra Gestão ainda é bem novo e começa a ser popularizado.

A Secretaria de Educação do Distrito Federal, por exemplo, em suas últimas reestruturações da carreira de assistência à educação, alterou o nome dos cargos para Gestor educacional em 2009 (Lei nº4.458 de 23 de dezembro de 2009). Tal demora explica bem a dificuldade de o setor educacional incorporar o conhecimento produzido tanto fora do Brasil como o produzido pelos acadêmicos e pesquisadores do campo.

Então, o que é gestão pública? Lynn (2011) define como um campo de ensino, pesquisa e prática internacionalmente reconhecido e incorporado das dimensões estratégicas-políticas, estrutural e cultural. Tais dimensões acabaram por separar de vez a gestão da administração pública que intencionava realizar uma administração separada da política. Behn (2014) complementa que a crítica à administração pública era de que ela

possuía um método muito tradicional de organização do poder executivo e muito lento, burocrático, ineficiente, pouco responsivo, improdutivo. Dessa forma surge a Nova Gestão Pública, ou somente, Gestão Pública.

O surgimento da gestão pública remonta a década de 1980, nos Estados Unidos da América, tal qual o desenvolvimento do conceito de políticas públicas. Entretanto, como um termo desacoplado da administração, seu nascedouro foi carregado de definições vagas, o que gera a dificuldade de definição até os dias atuais.

Para Behn (2014) a tarefa dos gestores públicos e pesquisadores do campo é analisar exemplos específicos de gestão pública, extrair deles princípios e determinar por que e quando esses princípios se aplicam. O pesquisador apresenta ainda que a diferença entre gestão e administração pública para muitos pesquisadores do campo se dá entre o caráter reflexivo, pró-ativo e integrador das ideias e posicionamentos dos servidores da primeira e o caráter normativo e extremamente burocrático da segunda (BEHN, 2014).

Lynn (2011) afirma ter a gestão pública três dimensões: a primeira reflete seu surgimento, que é a dimensão político-estratégica. As outras duas são referências à evolução atual da gestão pública: a estrutural e a cultural.

Por essas e outras razões que afirmo que, gestão pública precisa de profissionais que saibam gestar e não gerenciar. Em uma alusão à gestação e não a gerenciamento. Isto provocaria a troca de nome dos cargos de gerente para gestores e com esta mudança um troca de princípios: cuidado com o bem comum, atenção aos anseios do público, qualidade e agilidade na prestação dos serviços, autonomia dos servidores para aprimorarem o trabalho e diálogo multinível e democrático.

Certo. Mas, e a relação desse conteúdo com a educação do campo? A gestão e as políticas públicas estão intimamente interligadas. O campo é uma área territorial com cultura própria, tempo próprio, saberes e conflitos também especiais. Quando gestores públicos educacionais ou escolares não estão baseados nos princípios e dimensões citados acima, podemos dizer que não são gestores. Para gestar a educação do campo e a escola do campo é preciso abrir-se para um outro modo de vida, para os anseios da comunidade, suas forças e determinantes de poder nesse território. Depois, construir políticas públicas e as gestarem para os melhores resultados possíveis no âmbito educacional.

## Política Pública

A palavra usada em inglês é *Policy* (política pública), exatamente para diferenciá-la de *politic* (política). Dela é decorrente, e assenta-se mais fortemente na política institucional, a que é feita formalmente pelo Estado, com atores públicos moldando-a e definindo-a. Essa

política nos leva incontestavelmente a definição de atos que busquem a resolução de problemas para a melhoria da vida social. É nesse momento, quando o objeto é a resolução dos problemas, que vemos surgir a Política Pública.

Para encontrarmos o ato acordado de resolução é preciso antes reconhecer os problemas, delimitá-los, negociar possibilidades de solução, fazer escolhas, implementar os melhores instrumentos, regulamentarmos os processos, acompanharmos a implementação dos instrumentos, avaliarmos o alcance dos objetivos traçados para podermos dizer que o problema foi eliminado ou transformado.

Para realizarmos todos esses passos é preciso um coletivo em diálogo. Para Morin, Rein e Goodin (2006), os formuladores de Políticas Públicas precisam reconhecer que com eles devem estar diversas pessoas. Dessa maneira, as decisões serão verdadeiramente políticas e aqui eu complemento, democráticas. Vamos lembrar do conceito de política, que pressupõe articulação de interesses de grupos diversos e plurais. Só haverá política, na teoria de Arendt, se a liberdade for garantida e articulada entre os diferentes. E como a política pública é um processo de resolução de problemas que impede da política em sua essência, podemos supor que a única forma de construção é pela via democrática. Sendo assim, regimes autoritários não fazem políticas públicas, mas impõem suas vontades e regras, mesmo que não atendam aos anseios do povo de um Estado.

Cabe uma pergunta aqui uma pergunta central para a Educação do Campo: Como são construídas as Políticas Públicas para a Educação do Campo? Diante de todas as definições anteriormente apresentadas é preciso garantir que os diversos segmentos da população local integrem e participem ativamente da construção das políticas públicas para a educação do campo. Como o território é base para a construção de políticas públicas, é preciso reconhecer o território onde as escolas do campo estão inseridas para que seus problemas sejam verdadeiramente levados em consideração quando do desenho das políticas públicas. Tal necessidade de conhecimento do real de cada território e localidade se faz no reconhecimento da pluralidade do próprio campo. Não podemos afirmar que cada território, mesmo tendo em comum a vida campesina, possui as mesmas necessidades. Não podemos afirmar que qualquer território do campo possui as mesmas necessidades de educacionais.

Ao mesmo tempo, podemos localizar singularidades em qualquer um dos territórios do campo e nas escolas públicas destas localidades. O que nos promove um desafio ainda maior que é de universalizar a política pública ao mesmo tempo em que amplia sua construção para a inclusão das especificidades. O que exige,

igualmente, um arranjo em sua elaboração, um processo de escuta verdadeiramente ativo e de promoção republicana e democrática na elaboração das políticas públicas educacionais do campo. Esse processo clama pela escuta dos gestores educacionais e escolares das escolas do campo no processo, da comunidade escolar e demais atores no cenário.

A Gestão de Escolas do Campo demanda gestores/as que possam estar abertos/as a criarem eles próprios, enquanto Estado, políticas públicas que favoreçam o desenvolvimento local de seus territórios e que mobilizem a comunidade local na defesa de sua vida comum.

Quando nos fazemos essas perguntas e nos deparamos com o que queremos definir aqui, política pública, podemos entender que o que o senso comum chama de política pública é somente um instrumento dela. Planos, leis, projetos, decretos, portarias, são os instrumentos que regularão a implementação da política pública em um território específico para resolver problemas específicos.

## Considerações Finais

Fernandes (2006, p. 29) afirma que “a educação não existe fora do território”. Quando falamos de Educação do Campo esta frase assertiva fica ainda mais correta. Segundo ele, o “campo é espaço de vida” e uma vida multidimensional. Um espaço e um território que precisa ser descoberto pelos que não o compreendem e precisa de uma população educada em seus saberes para conseguir o fortalecer.

Este artigo buscou realizar uma reflexão sobre conceitos importantes para o conhecimento do campo e a prática política de condução da vida campesina e em especial da possível construção de políticas públicas educacionais para esse território – educação do campo.

Entendendo-se que objetos são instalados de maneira desigual no território, gerando igualmente uma desigualdade social e econômica, é oportuno dirigirmos nosso olhar para o campo para vermos a quão precário é o conjunto de objetos de necessidade básica (saúde, educação, segurança). A escola é essencial para o desenvolvimento do conhecimento da população local. Porém, sabemos que educação, enquanto projeto político é também alvo de controle sobre o que é nela produzido.

A educação, sendo um direito humano e um bem comum, é capaz de fortalecer os atores locais a tomarem parte dos seus processos de vida e escolherem os rumos do desenvolvimento de seus territórios a partir e com os saberes produzidos nele. Reconhecendo sua história, seu passado e seu futuro. Coexistindo entre o tempo e o espaço, histórias e projeções. Existindo e resistindo.

Como o território é multidimensional e multiatorial, um arranjo político é necessário para que as deliberações e

políticas públicas possam ser frutíferas em cada momento. A escola e a educação do campo possuem pedagogia e um olhar de gestão pública próprios. A definição pedagógica é ela própria um campo de luta política. Por isso mesmo, seu instrumento de gestão chama-se Projeto Político-Pedagógico, sendo imprescindível a palavra política. A gestão pública de escolas do campo requer gestores capazes de aceitar a diversidade na construção, oportunizar os espaços de diálogo, participar das propostas de novas formas de gestão, mas igualmente ouvir da comunidade suas ideias.

Quando voltamos ao conceito de espaço e território e vemos que no campo coabitam indivíduos e suas histórias, suas forças de luta, seus interesses, suas disputas de poder com atores internos e externos ao campo, compreendemos que ele – O CAMPO – é e sempre será espaço para que atores institucionais travem suas lutas e busquem dominar o território ao seu modelo idealizado. Que o campo consiga, ele próprio, idealizar e receber apoio institucional e políticas públicas para levar seus ideais a termo. ■

## Notas

<sup>1</sup> A Associação de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (ANEPECP), em seu Estatuto, Art. 2, declara ser o Campo de Públicas um

*“campo multidisciplinar de formação acadêmica, científica e profissional de nível superior, assim como da pesquisa científica, comprometido com a consolidação democrática. Tem como objetivo formar profissionais, gerar conhecimento, desenvolver e difundir metodologias e técnicas, propor inovações sociais e promover processos que contribuam para o fortalecimento da esfera pública, qualificação e melhoria da ação governamental e a intensificação e ampliação de formas de participação da sociedade civil na condução dos assuntos públicos”.* (ANEPECP, 2019, p. 01)

Tinoco (2016) por sua vez complementa afirmando ser o próprio campo um objeto de estudo. Keinert (2014), afirma que o Campo é mais que uma área de estudos, ensino, pesquisa e prática profissional, é uma comunidade científica e um movimento que a partir de paradigmas emergentes e valores republicanos busca o interesse público.

<sup>2</sup> No site da Secretaria de Educação do Distrito Federal (<https://www.educacao.df.gov.br/pedagogico-propostas-pedagogicas-das-escolas/>) pode-se encontrar a chamada como Proposta Pedagógica e no corpo do texto uma justificativa informando que esta passará a se chamar Projeto Político Pedagógico.

## Referências

- ARENDDT, Hannah. **O que é política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993
- BATISTA, Maria do Socorro Xavier; VICENTE, Dafiana do Socorro Soares; MEIRA, Iranete de Araújo. Notas provisórias de uma pesquisa em curso: território e educação no campo da reforma agrária. **Anais VI Seminário Regional de Política e Administração em Educação do Nordeste**, V Encontro Estadual de Política e Administração em Educação – PB, João Pessoa, 2010.
- BOULLOSA, Rosana de Freitas e PERES, Janaína L. Pereira. **Análise, elaboração e gestão de programas e projetos**. Salvador: UFBA - Escola de Administração. Superintendência de Educação à Distância, 2019.
- CORTELLA, Mario Sergio; JANINE RIBEIRO, Renato. **Política para não ser idiota**. São Paulo: Editora Papirus 7 Mares, 2011.
- DIAS, Emerson de Paulo. Conceitos de gestão e administração: uma revisão crítica. **REA-Revista Eletrônica de Administração**, v. 1, n. 1, 2011.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, Mônica Castagna (org). **Educação do Campo e pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006
- GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 2, n. 3, p. 523-545, 2012.
- HAESBAERT, Rogerio. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, v. 9, n. 17, p. 19-45, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2007.v9i17.a13531>. Acesso em 10 de janeiro de 2022.
- KEINERT, T. M. M. O Movimento “Campo de Públicas”: construindo uma comunidade científica dedicada ao interesse público e aos valores republicanos. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 6, n. 4, p. 169- 176, 2014.
- KONRAD, D. Aceno. A FORGS, a LEP e o Inspecô Reacionário: a Negação da Política como Espaço da Luta Social (1933-1935). **Revista Aedos**, [S. l.], v. 2, n. 4, 2009. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/10934> . Acesso em: 10 de janeiro de 2022.



- LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 2000.
- LYNN JR, Laurence E. Public management: What do we know? what should we know? and how will we know it? **Journal of Policy Analysis and Management**, v. 7, n. 1, p. 178-187, 1987.
- MAAR, Wolfgang Leo. **O que é política**. São Paulo: Brasiliense, 2017.
- MATA, Sergio da. Ser humano: político por natureza? **Revista Tempo**, Niteroi, Vol. 26, n. 01, jan-abril, páginas 249-254. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/C9Dn3tMGtd7mJfmZMN3fqJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 13 de maio de 2022.
- MORAN, Michael; REIN, Martin e GOODIN, Robert E. **The oxford handbook of PUBLIC POLICY**. Nova York: Oxford University Press. 2006
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura. **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo, p. 116, 1994.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 1996.
- SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.77-116.
- TINOCO, Vinicius Boechat. Desafios, Vicissitudes e Possibilidades do Campo de Públicas no Brasil/Challenges, Vicissitudes and Possibilities of "Public Fields" in Brazil. **Agenda Política**, v. 4, n. 2, p. 302-332, 2016.